Comunicação Oral

Juventude, Direito e Políticas Públicas

**ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E MEDIAÇÃO TÉCNICA: PERFIL E
AÇÕES**

Aline Cristina de Moraes – Mestranda do Programa
de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de São Carlos.

Ana Paula Serrata Malfitano – Professora
Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e
do Programa de Pós-Graduação em Terapia
Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

A temática da adolescência e da juventude tem se mostrado importante alvo de debates, sobretudo quando se trata de sua associação com o crime, assunto bastante veiculado na mídia brasileira. Assim, a discussão acerca dos adolescentes e dos denominados atos infracionais perpassam a esfera do imaginário sociocultural, da legislação e, nessa conjunção, das ações diretamente aplicadas a esse público. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), delibera-se que, para o adolescente que for verificada a autoria de ato infracional, poderá ser aplicada uma medida socioeducativa com a finalidade de sua reintegração à sociedade. Tal medida pode ser privativa de liberdade ou em meio aberto, podendo ser, no caso desta última, a Prestação de Serviço à Comunidade ou a Liberdade Assistida, com o objetivo de promover um trabalho socioeducativo, intermediado por técnicos para sua execução. Nesse contexto, o presente trabalho tem o intuito de contribuir com a discussão da forma que se tem realizado os serviços que executam as medidas socioeducativas em meio aberto, com enfoque na ação técnica. Para tanto, objetivou-se mapear esses serviços, buscando conhecer: a composição da equipe multiprofissional, sua formação, atribuições e remuneração, entre outros fatores. Foram contatados os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto do Estado de São Paulo de municípios com população acima de 100 mil habitantes. A listagem desses serviços e seus contatos foram acessados a partir dos dados disponibilizados pela Coordenadoria de Ação Social (CAS) e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), ligados à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Em posse dos contatos dos serviços, foram acionados o total de 129, com a solicitação de resposta a

um questionário, dos quais 96% responderam, 2% não responderam e 2% se recusaram. Diante das respostas obtidas do questionário, foram criadas categorias, divididas nos aspectos principais contidos no questionário: caracterização do serviço, perfil do profissional que respondeu ao questionário e equipe técnica. Quanto aos serviços, 54% são executados por organizações não governamentais, enquanto 42% são executados diretamente pelos municípios. Quanto àqueles que responderam ao questionário, 41% eram coordenadores, 23% gerentes e 6,9% eram Assistentes Sociais. Desses, 99% possuem graduação, e 50% pós-graduação, sendo que as áreas de graduação mais representativas são Serviço Social, com 32%, Psicologia, com 31%, e Pedagogia, com 18%. Quanto à equipe profissional, a média de remuneração dos técnicos de nível superior está entre 3 e 5 salários mínimos, para a carga horária de 30 a 40 horas semanais de trabalho. Esses dados obtidos podem oferecer subsídios para uma discussão importante acerca dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto e sobre o papel dos técnicos frente ao acompanhamento dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas em meio aberto; Adolescência e Juventude; Conflito com a Lei.

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).